

**DIREITO CIVIL**

- 01.** A responsabilidade civil do Estado, nas ações ou omissões causadas por seus agentes, caso haja imputação de dolo ou culpa a estes, implica:
- responsabilidade só eventualmente objetiva
  - obrigatória intervenção de terceiro
  - responsabilidade necessariamente subjetiva
  - adoção da teoria do risco integral
- 02.** Não se considera(m) fonte de integração do ordenamento jurídico:
- a analogia *juris*
  - a equidade
  - o costume
  - a lei
- 03.** Em matéria de hermenêutica jurídica, é **CORRETO** afirmar que:
- a analogia e a interpretação extensiva têm como traço comum a necessidade de integração, do conteúdo da lei ou da ordem jurídica, respectivamente, por parte do intérprete
  - o método teleológico de interpretação das leis prevalece ao sistemático
  - as normas que veiculam hipóteses exaustivas suscitam interpretação restritiva
  - o método sistemático, diante do fenômeno da constitucionalização do direito, não exige necessariamente o cotejo entre a lei interpretada e a Constituição
- 04.** São normas de direito civil previstas na Constituição, **EXCETO**:
- o dever recíproco de assistência entre pais e filhos
  - a competência, que lhe tenha sido delegada por lei federal, para o Estado-membro legislar sobre questões específicas de direito civil
  - o divórcio direto, em caso de comprovada separação de fato por prazo superior a dois anos
  - a família monoparental
- 05.** A constitucionalização do direito civil, com sua reinterpretação à luz das regras e princípios constitucionais e sua melhor “instrumentalização” jurídica, proporcionou significativos avanços nas áreas a seguir elencadas, salvo:
- proteção aos casais homossexuais, através da criação desta nova modalidade de entidade familiar
  - proteção aos idosos, inclusive mediante previsão de direito ao transporte gratuito, pelo Estado *lato sensu*
  - proteção aos filhos, mediante proibição às designações vexatórias
  - proteção aos interesses indisponíveis da sociedade, com a legitimação do Ministério Público para ajuizamento de inquérito civil e ação civil pública
- 06.** A propósito dos bens públicos, pode-se afirmar que:
- podem ser objeto de penhora, para garantia de pagamento devido pela Fazenda Pública em virtude de decisão transitada em julgado, solicitada através de Precatório Judicial
  - são imprescritíveis, somente quando classificados como de uso comum do povo ou especiais
  - só se admite o uso gratuito dos bens públicos de uso comum do povo
  - quando desafetados de sua destinação especial, tornam-se automaticamente suscetíveis de alienação, desde que observadas as formalidades legais
- 07.** A propósito das pessoas jurídicas, são **CORRETAS**, dentre as proposições abaixo elencadas, a(s) alternativa(s):
- Pode haver pessoa jurídica de direito público com estrutura de direito privado, regendo-se, quanto ao respectivo funcionamento, pelas normas do Código Civil.
  - Uma única associação pública pode integrar a administração indireta de todos os Entes da Federação associados.
  - Aplica-se às pessoas jurídicas, inclusive de direito público, a proteção dos direitos de personalidade, em qualquer hipótese.
- I e II
  - II e III
  - I, II e III
  - Nenhuma

08. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) sendo a fundação uma espécie de pessoa jurídica formada por pessoas, não é possível a sua instituição *causa mortis*, isto é, por testamento
- B) a desconsideração da personalidade jurídica consiste em estender, em determinados casos, os efeitos de algumas obrigações aos bens próprios dos sócios
- C) às pessoas jurídicas aplica-se a irrestrita proteção aos direitos da personalidade assegurados à pessoa natural
- D) independentemente da personalidade jurídica de seu instituidor, toda fundação será submetida ao regime de direito privado

09. Não é anulável o negócio jurídico resultante de:

- A) fraude contra credores
- B) estado de Perigo
- C) objeto indeterminável
- D) erro

10. Considerando o que o Código Civil de 2002 dispõe acerca da prescrição, assinale a assertiva **CORRETA**:

- A) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, uma vez que se trata de ato de livre exercício da autonomia privada
- B) a prescrição não corre entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal
- C) o protesto cambial não interrompe a prescrição
- D) a prescrição consiste na extinção do direito subjetivo

11. Para ilustração de agenda escolar, a Secretaria de Educação de determinada municipalidade estampa, na capa da publicação, fotografia do rosto de Mateus, criança com sete anos de idade, obtida quando da prática de exercício na aula de educação física que lhe era ministrada em escola municipal onde era matriculado. Considerando que a agenda é de distribuição gratuita e não houve autorização do responsável legal para divulgação da fotografia, assinale a resposta **CORRETA**:

- A) nada há o que reparar a João, pois, sendo a distribuição gratuita e dirigida apenas a alunos da rede municipal de ensino, há que prevalecer o interesse público da publicação sobre a imagem do aluno beneficiário do serviço público
- B) ainda que o dano esteja configurado, João não fará jus à sua reparação, uma vez que a distribuição da agenda é gratuita
- C) João não possui qualquer direito de reparação pelo uso de sua imagem, uma vez que, se dano houve, este somente geraria ressarcimento aos pais de Mateus, visto que ele sequer goza de capacidade jurídica
- D) João possui direito ao ressarcimento pelos danos causados pelo uso de sua imagem, ainda que a publicação seja gratuita e ele esteja matriculado na rede pública municipal de ensino

12. Quanto ao direito intertemporal, em matéria civil, é **CORRETO** afirmar que:

- A) a lei nova, que estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior
- B) se, antes de entrar em vigor, ocorrer nova publicação de parte da lei com correção de certos artigos, o prazo de entrada em vigor do texto integral da lei começará a correr desta nova publicação
- C) a lei começa a vigorar no país 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada
- D) com a perda de vigência da lei revogadora, restaura-se automaticamente a lei por ela anteriormente revogada

13. A respeito da capacidade processual, assinale a opção **CORRETA**:

- A) toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo
- B) a sociedade sem personalidade jurídica será representada em juízo por qualquer dos sócios
- C) atualmente, não existe hipótese em que um cônjuge precise de autorização do outro para propor ação judicial
- D) se os interesses do incapaz colidirem com os do representante legal, será dispensável a representação, a critério do juiz

14. Fátima era credora de Pedro, Fábio e Júlio, que contraíram com ela, de forma solidária e no interesse exclusivo de Pedro, dívida a ser por ele quitada no prazo máximo de 60 dias. Como Pedro não realizou o pagamento, Fátima ajuizou ação contra Fábio, que terminou por pagar o débito com os juros da mora.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do Código Civil acerca de solidariedade, assinale a opção **CORRETA**:

- A) por não ter sido parte no processo judicial, Pedro não será obrigado a responder pelos juros da mora
- B) Fábio deverá cobrar dos outros dois devedores a quantia que pagou a Fátima
- C) mesmo tendo efetuado o pagamento, Fábio não tem o direito de cobrar algo dos demais devedores, já que, nesse caso, cada um deles tem a obrigação pelo total da dívida
- D) como a dívida solidária foi contraída no interesse exclusivo de Pedro, cabe a ele responder por toda ela perante Fábio

15. Sobre a **OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR**, assinale a opção **INCORRETA**:
- a responsabilidade civil é independente da criminal
  - o detentor de animal ressarcirá o dano por este causado mesmo que a vítima tenha culpa exclusiva no evento
  - a cobrança de dívida já paga gera o direito de indenização equivalente ao dobro do valor exigido, salvo se houve prescrição
  - o direito de exigir reparação pelo dano causado transmite-se com a herança
16. Na madrugada do dia 31 de outubro de 2006, dezenas de policiais civis, usando viaturas oficiais, com os rostos escondidos e fortemente armados, para vingarem a morte de colegas assassinados na noite anterior, atacaram moradores de determinada comunidade deixando grande número de vítimas. Considerando os fatos narrados, é **CORRETO** afirmar que:
- o Estado não responde objetivamente pelos danos causados às vítimas, visto que se trata de ato omissivo
  - o Estado responde subjetivamente pelos danos causados às vítimas, devendo ser comprovada a culpa dos agentes da administração
  - não se trata, nesse episódio, de responsabilidade civil do Estado, mas sim de responsabilidade pessoal dos agentes que agiram em desconformidade com suas atribuições
  - o Estado responde objetivamente pelos danos causados às vítimas, visto que o agente da administração praticou o ato no exercício de suas atribuições
17. Maria teve subtraída de sua conta corrente a quantia de mil reais por meio de saque eletrônico feito pela *internet*, operação que não reconhece, alegando ter sido, provavelmente, vítima de *hackers*. Considerando os fatos narrados, é **CORRETO** afirmar que:
- a instituição bancária somente responde pelos prejuízos sofridos por Maria se esta comprovar que não foi a autora do saque
  - a instituição bancária não responde pelos prejuízos sofridos por Maria, visto que mantém sistema de segurança para as operações feitas pela internet
  - a instituição bancária responde objetivamente pelos prejuízos sofridos por Maria, visto que a atividade explorada importa em risco inerente ao próprio empreendimento
  - a instituição bancária responde pelos prejuízos sofridos por Maria, mas apenas os de caráter moral
18. São pertencças os bens:
- que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro
  - cuja existência supõe a do principal
  - naturalmente divisíveis
  - que existem sobre si, abstrata ou concretamente
19. Francisco possuía elevadas aplicações financeiras consideradas “agressivas”, administradas por determinado banco de investimento, lastreadas na variação cambial do dólar americano. Em setembro de 2008, o governo federal editou ato administrativo que alargou a banda cambial e gerou uma desvalorização abrupta do real em 10%, acarretando prejuízos às aplicações mantidas por Francisco. Diante desses fatos, é **CORRETO** afirmar que:
- Francisco possui direito a uma reparação pelos danos sofridos, pois cabia ao banco de investimento evitar as perdas sofridas pela carteira de investimentos
  - Francisco possui direito a uma reparação, mas não do banco de investimento e sim do governo federal pela repentina alteração na política cambial
  - a referida desvalorização se constitui em fato imprevisível, especialmente em se tratando de mercado de alto risco, não gerando direito a reparação
  - os gestores do banco de investimento são responsáveis, pessoalmente, pelos prejuízos experimentados por Francisco
20. A notícia inverídica veiculada pela imprensa tendo por objeto uma pessoa jurídica:
- acarreta direito a uma reparação por danos morais em benefício somente dos sócios integrantes da pessoa jurídica
  - acarreta direito a uma reparação por danos morais em benefício da pessoa jurídica
  - acarreta direito a uma notificação extrajudicial
  - não acarreta direito algum, pois a pessoa jurídica não pode ser alvo de lesão de caráter moral

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

21. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADECCon) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) diferem entre si em relação:
- à legitimação ativa, porque o rol de legitimados da ADECCon é mais restrito que os da ADIn e da ADPF
  - à participação do Procurador-Geral da República, porque só é ouvido no curso dos processos da ADIn e da ADPF
  - ao objeto, porque somente a ADPF pode controlar a constitucionalidade de lei municipal
  - aos efeitos da decisão, porque somente as decisões proferidas na ADIn e na ADECCon produzem efeitos vinculantes
22. Acerca dos remédios constitucionais, assinale a opção **CORRETA**:
- cabe *habeas data* contra negativa de divulgação de dados pessoais circuláveis e mantidos em arquivos de fundação de direito privado
  - ante a qualidade de pessoa jurídica de direito privado de sua empregadora, não cabe mandado de segurança contra os atos praticados por Presidente de Comissão de Licitação das sociedades de economia mista
  - por ser afeto a interesses coletivos individuais, o Ministério Público Estadual não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública para tutela do patrimônio público municipal
  - por não pertencer à Administração Pública, descabe ação popular para proteção do patrimônio do Serviço Social da Indústria (SESI), pertencente às denominadas organizações do "Sistema S"
23. Assinale a alternativa **CORRETA**:
- encontra-se em consonância com a Constituição de 1988 a Emenda à Lei Orgânica que cria o Tribunal de Contas de determinada municipalidade
  - o Prefeito pode, por decreto, dispor sobre organização da Administração Municipal, desde que não haja aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos
  - é possível, diante da autonomia financeira municipal, a Câmara dos Vereadores fixar correção monetária aos tributos impagos superior àquela estabelecida para os tributos federais
  - a lei pode autorizar a criação de autarquias municipais
24. Por iniciativa de parlamentar local, determinada municipalidade edita certa emenda à sua Lei Orgânica, autorizando a Guarda Municipal a promover hasta pública de veículos por ela apreendidos por força de estacionamento indevido e não reclamados por seus proprietários em período superior a 360 dias. Diante do quadro exposto, é **CORRETO** afirmar que:
- a emenda é inconstitucional, pois a matéria tratada não pertence ao rol de competência legislativa dos Municípios
  - a emenda é perfeitamente constitucional, visto que, além de atender a imperativos urbanísticos, enquadra-se naquilo que se entende por interesse local
  - a emenda é inconstitucional, porquanto a matéria é de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo
  - a emenda é constitucional, uma vez que a Lei Orgânica Municipal tem força normativa superior à lei ordinária nacional, em tudo aquilo que diz respeito à competência legislativa municipal
25. Cabe a edição de medida provisória sobre:
- normas gerais de finanças públicas
  - direitos políticos
  - majoração de determinados impostos
  - tipificação de crime
26. É matéria veiculável sob a forma de decreto, sem necessidade de posterior submissão ao *placet* de distinto órgão do Poder, segundo a Constituição:
- a declaração de expropriação de imóvel, para fins de reforma agrária
  - a nomeação e exoneração dos Ministros de Estado
  - a organização da administração pública que não implique aumento de despesa
  - a nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal
27. De acordo com a Constituição, é expressamente permitida a acumulação:
- de proventos com vencimentos de cargo em comissão
  - de um cargo de professor com outro técnico
  - de proventos com pensões
  - de dois cargos de Fisioterapeuta

28. A propósito da organização da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:
- sociedades de economia mista, de exploração de atividade econômica, não podem se dedicar à prestação de serviços públicos
  - o regime jurídico único, de pessoal, das empresas estatais e das sociedades de economia mista é o trabalhista
  - recentemente, a determinação de que a administração direta, as autarquias e as fundações públicas tenham regime jurídico único restou "represtinada" diante da suspensão cautelar da nova dicção que lhe houvera sido atribuída pela EC n. 19/1998
  - através da Emenda Constitucional n. 19/1998, restou reconhecida a possibilidade de que seja conferida personalidade jurídica de direito privado às fundações estatais, pelo menos no que toca à menção de que a lei não as criará, apenas autorizará que sejam criadas
29. A respeito do direito à saúde previsto no artigo 196 da Constituição, analise as seguintes proposições:
- A despeito de previsão expressa, a jurisprudência uníssona dos Tribunais Superiores entendeu tratar-se de responsabilidade solidária de todos os Entes da Federação.
  - É proibida a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas, entre outras hipóteses, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde.
  - Instituições privadas não podem participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), ramificado que é apenas entre os entes da Federação.
- É(são) correta(s) a(s) proposição(ões):
- I, II e III
  - I, somente
  - I e III
  - I e II
30. Sobre a participação do Senado no sistema de controle de constitucionalidade das leis no Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**:
- o Senado só pode suspender a execução de lei federal declarada inconstitucional, cabendo às Assembleias Legislativas a suspensão de leis estaduais declaradas inconstitucionais
  - a competência do Senado para suspender leis federais, estaduais, distritais ou municipais surge após decisão incidental, que declara definitivamente a inconstitucionalidade da norma
  - a competência do Senado para suspender lei declarada inconstitucional surge após decisão definitiva de inconstitucionalidade, proferida pelo S.T.F. ou pelos T.J.'s
  - não há dúvida doutrinária ou jurisprudencial quanto à natureza vinculada da atribuição conferida ao Senado de suspender lei declarada inconstitucional definitivamente
31. Tendo em vista a necessidade de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, o Município do Rio de Janeiro, mediante lei complementar, em 06 de junho de 2005, instituiu empréstimo compulsório, cujo fato gerador era a prestação de serviços; a base de cálculo, o valor do serviço; e a alíquota, 10%. Quanto ao empréstimo compulsório descrito acima, é **CORRETO** afirmar que:
- o empréstimo compulsório instituído pelo Estado do Rio de Janeiro cumpriu com todos os requisitos constitucionais para a sua exigência
  - trata-se de uma exigência legítima, porque os empréstimos compulsórios podem ter fatos geradores próprios de impostos
  - deve ser declarado inconstitucional, porque a Constituição determina que o fato gerador do empréstimo compulsório é o investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional
  - trata-se de uma exigência inconstitucional, porque os empréstimos compulsórios são de competência privativa da União Federal
32. O sistema remuneratório do subsídio aplicável a um funcionário público não obsta o pagamento de:
- adicional por tempo de serviço
  - gratificação de produtividade
  - adicional de férias
  - abono
33. Ao direito do expropriado de exigir de volta a propriedade imóvel, caso não lhe seja dada a destinação para a que se desapropriou, dá-se a denominação de:
- tredestinação
  - retrocessão
  - investidura
  - legitimação de posse
34. É **CORRETO** afirmar que a desapropriação de imóvel urbano pelo descumprimento da função social da propriedade:
- depende da existência de um Plano Diretor
  - é de competência exclusiva da União
  - não requer pagamento de indenização
  - só pode ocorrer em municípios com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes
35. Relativamente às pessoas físicas que ocupam cargos ou mandatos componentes da estrutura do governo, exercendo atribuições constitucionais, é **CORRETO** afirmar:
- são agentes públicos delegados
  - são agentes públicos políticos
  - são agentes públicos honoríficos
  - não se classificam como agentes públicos

- 36.** Em relação às taxas, pode-se afirmar que:
- A) podem ser instituídas em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição
  - B) podem ser objeto de isenção decretada por ato do Poder Executivo do ente tributante
  - C) não podem ter base de cálculo própria das contribuições de melhoria
  - D) podem ser instituídas em razão do exercício do poder de polícia
- 37.** No que tange ao IPTU, pode-se afirmar que:
- A) não se admite a sua progressividade, salvo para execução da política urbana
  - B) não se admite a sua progressividade, mas, tão-somente, a diferenciação de alíquotas com vistas ao fim social da propriedade
  - C) admite-se a sua progressividade em razão do valor do imóvel
  - D) admite-se a sua incidência sobre a propriedade predial, excluída a propriedade territorial
- 38.** A Câmara Municipal do Rio de Janeiro promulgou uma lei cujo teor, em suma, impede a participação de empresas que integrem o boicote econômico a Cuba em licitações da administração municipal. Consultada pelo Prefeito acerca da constitucionalidade da referida norma, a Procuradoria deve se pronunciar no seguinte sentido:
- A) a lei é constitucional, uma vez que se trata de matéria inserida nos limites da competência suplementar do Município
  - B) é cabível a propositura de Representação por Inconstitucionalidade, na medida em que falta ao Município competência para legislar a respeito de política externa e de licitações e contratos administrativos, por se tratar de matéria da competência privativa da União
  - C) cabe a propositura de Representação por Inconstitucionalidade, já que não se trata de matéria de política externa, nem de norma geral de licitação, mas tão somente de requisito de habilitação para as licitações promovidas pelo Município do Rio de Janeiro
  - D) a interpretação ao artigo que confere a iniciativa de leis ao Chefe do Poder Executivo deve ser restritiva, por se tratar de exceção à regra de que tal iniciativa pertence ao Poder Legislativo, não padecendo a norma de qualquer vício
- 39.** O Sindicato das Secretárias do Estado do Rio de Janeiro propôs Ação Civil Pública em face de determinada empresa de comunicação, pelo fato de ter esta publicado em seu jornal, de grande circulação, matéria cujo texto teria ofendido a honra subjetiva da categoria profissional das secretárias, por relacionar o dia da secretária com o aumento do movimento dos motéis. Diante desses fatos, é correto afirmar que:
- A) o Sindicato das Secretárias possui legitimidade ativa para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada, dispensada a autorização expressa de seus membros
  - B) a Ação Civil Pública não pode prosperar, pois a Constituição da República não garante a reparação do chamado dano moral coletivo
  - C) o Sindicato das Secretárias não possui legitimidade ativa para atuar na defesa dos integrantes da categoria, devendo cada um deles, de per si, propor uma ação individual, caso tenha se sentido atingido moralmente pela matéria jornalística
  - D) o remédio constitucional adequado para a hipótese, em se tratando de garantia de direito fundamental, seria o mandado de segurança
- 40.** Por força de parecer emitido por um Procurador do Município do Rio de Janeiro, que deu suporte a uma decisão do Secretário Municipal de Saúde de realizar uma contratação direta, por dispensa de licitação, o Ministério Público inaugurou inquérito civil com o objetivo de apurar a prática de ato de improbidade não apenas do Secretário, mas também do Procurador, alegando que este pode ter sido improbado ao firmar o parecer. Diante desses fatos, é correto afirmar que:
- A) cabe habeas corpus contra o ato de abertura do inquérito civil
  - B) cabe a propositura de ação popular em face do representante Ministério Público
  - C) cabe mandado de segurança contra o ato de abertura do inquérito civil
  - D) não é cabível, por ora, qualquer demanda judicial contra o ato de abertura do inquérito civil, devendo o Procurador aguardar as conclusões do procedimento, visto que o parecer constitui ato administrativo de cunho decisório, passível de ser considerado ato de improbidade

**TEORIA GERAL DO PROCESSO**

41. A respeito do duplo grau obrigatório de jurisdição, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) seu não exercício impede o trânsito em julgado da decisão
- B) deve prevalecer em qualquer ação de conhecimento movida em face da Fazenda Pública
- C) só ocorre dentro das instâncias ordinárias de jurisdição
- D) é cabível somente em certas execuções contra a Fazenda Pública cujos embargos tenham sido providos

42. Analise os itens sobre o pedido:

- I) Considerando que a relação processual somente se completa com a citação válida do réu, nada impede que o autor adite ou altere o pedido até que ela ocorra.
- II) Tratando-se de obrigações periódicas, a lei processual considera incluídas no pedido as prestações vincendas, mesmo que não haja pedido expresso na petição inicial.
- III) Admite-se a cumulação de pedidos, desde que sejam compatíveis entre si; tenha o juiz competência para apreciar todos eles e seja adequado a todos eles o mesmo tipo de procedimento.
- IV) Mesmo que o autor não tenha formulado pedido de pena pecuniária para o caso de descumprimento da ordem judicial da prática de algum ato, tolerância de uma atividade ou prestação de ato ou entrega de coisa, o juiz poderá determinar a respectiva pena na sentença ou decisão de tutela antecipada que proferir.

Estão corretos os itens:

- A) I e II, apenas
- B) II e III, apenas
- C) III e IV, apenas
- D) I, II, III e IV

43. O momento processual adequado para ser examinada, pelo julgador, questão envolvendo ilegitimidade das partes será:

- I) quando do despacho da petição inicial
- II) no despacho saneador
- III) no despacho saneador ou na sentença
- IV) quando do julgamento do recurso

Quanto às afirmativas acima:

- A) apenas a I é correta
- B) apenas II, III e IV são corretas
- C) apenas a IV é correta
- D) I, II, III e IV são corretas

44. Com relação ao processo civil, marque a opção **INCORRETA**:

- A) a exceção de incompetência pode ser apresentada antes da contestação
- B) não obstante a natureza do Tribunal de Contas, que não possui personalidade jurídica própria, admite-se à Corte de Contas Carioca ajuizar remédios constitucionais para tutela de suas prerrogativas
- C) com o acolhimento da exceção de incompetência, revogam-se, automaticamente, todas as decisões proferidas no processo
- D) o Juiz não tem fé pública

45. Em razão da ausência de pagamento de aluguéis vencidos, João ajuizou ação de despejo em face de Pedro, curador de Francisco, locatário do imóvel. Após a vinda da contestação de Pedro, o Juízo processante extinguiu o feito sem apreciação de mérito, na forma do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil e condenou João nos ônus da sucumbência. Diante do trânsito julgado da sentença, assinale a opção **CORRETA**:

- A) João, após o pagamento das verbas decorrentes do ônus da sucumbência, poderá propor nova ação de despejo em face do locatário correto
- B) João, independentemente do pagamento das verbas sucumbenciais, poderá propor nova ação de despejo em face do locatário correto
- C) por conta da formação da coisa julgada material, João não mais poderá exigir de Francisco os aluguéis que foram objeto de cobrança na ação extinta
- D) ainda que João proponha ação em face de Francisco, o despejo não poderá ser concretizado, por conta da incapacidade absoluta do locatário

46. Assinale a opção **CORRETA**:

- A) a contestação, reconvenção e exceção de incompetência são formas de resposta do réu e deverão ser apresentadas simultaneamente, mas através de peças distintas
- B) mesmo em se tratando de contratos de adesão o juiz não poderá, de ofício, declarar nula a cláusula do foro de eleição, quando este for diverso do foro do domicílio do réu
- C) a exceção de incompetência poderá ser protocolizada no foro do domicílio do réu, mesmo que ele não seja o do processamento da ação principal
- D) a desistência da ação principal importa na extinção da reconvenção

47. Sobre **REVELIA**, assinale a opção **INCORRETA**:
- A) mesmo não contestada a ação, não serão imputados os efeitos da revelia quando a lide versar sobre direito indisponível
  - B) estando os autos em fase recursal, não será admitida a intervenção do réu revel
  - C) ainda que seja o réu revel, havendo requerimento de alteração do pedido, deverá o juiz determinar a realização de nova citação do demandado
  - D) contra o réu revel que não tenha procurador constituído nos autos correrão os prazos independentemente de intimação de cada ato decisório
48. A respeito da **CITAÇÃO**, assinale a opção **CORRETA**:
- A) deverá ocorrer inicialmente no endereço do domicílio do réu
  - B) quando o réu se manifestar nos autos apenas para arguir sua nulidade, esta considerar-se-á feita na data do protocolo desta petição
  - C) quando o réu for pessoa jurídica de Direito Público este ato deverá ocorrer por oficial de justiça
  - D) poderá ser realizada pelos correios nas ações relativas a filiação
49. Quando for parte no processo a Fazenda Pública:
- A) computar-se-á em dobro o prazo para recorrer
  - B) computar-se-á em quádruplo o prazo para recorrer
  - C) computar-se-á em dobro o prazo para contestar
  - D) computar-se-á em dobro o prazo para se manifestar nos autos
50. No que tange à denunciação da lide, é correto afirmar que:
- A) em ação de indenização ajuizada em face de pessoa jurídica de Direito Público, admite-se a denunciação da lide ao seu agente ou a terceiro
  - B) em ação de indenização ajuizada em face de pessoa jurídica de Direito Público, não se admite a denunciação da lide ao seu agente ou a terceiro
  - C) somente é obrigatória àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda
  - D) suspenderá o processo assim que requerida